

**DECOLONIALIDADE E ANTIRRACISMO NA FORMAÇÃO DE
PROFESSORAS/ES: PRÁTICAS DE RESISTÊNCIA NEGRA***DECOLONIALITY AND ANTI-RACISM IN TEACHER
TRAINING/ES: BLACK RESISTANCE PRACTICES*Patrícia Magalhães Pinheiro.¹Josiane Beloni de Paula²

RESUMO: Este artigo joga luz no imbricamento entre a colonialidade e o racismo, bem como, no entretecimento entre a decolonialidade e o antirracismo, com ênfase nas práticas de resistências negras, compreendidas como práxis insurgentes presentes tanto em marcos legais e jurídicos brasileiros, quanto desenvolvidas por professoras/es comprometidas/os com a transformação social por meio de uma educação intercultural crítica e na construção de uma sociedade fraterna, equânime e democrática. Para atingirmos esse escopo, trazemos as reflexões teóricas acerca dos conceitos de colonialidade, racismo, decolonialidade, interculturalidade crítica e práxis insurgentes, bem como, as discussões levantadas pelas teses das autoras, defendidas pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGE-UFSC): “Entre silenciamentos e resistências: educação das relações étnico-raciais nas narrativas de professoras/es de Ciências Biológicas da UFSC” (PINHEIRO, 2020) e “Andarilhagens de professorxs: práticas de resistências negras na escola pública em Pelotas - RS” (PAULA, 2020). No texto privilegiamos a escuta das narrativas, vozes (RIBEIRO, 2017), memórias e experiências (BENJAMIN, 2012) de professoras/es comprometidas/os com a luta antirracista e decolonial, bem como, teóricas/os terceiro-mundistas, em especial autoras/es negras/os e indígenas. Demarcando assim, posição teórico-metodológica e política ao escolher as referências epistemológicas, as vozes que não se silenciam, que falam, que gritam junto conosco contra as injustiças da Colonialidade/Modernidade!

Palavras-chave: Educação antirracista e decolonial. Práticas de resistências negras. Educação Intercultural Crítica.

ABSTRACT: This article sheds light on the overlapping between coloniality and racism, as well as on the intertwining between decoloniality and anti-racism, with an emphasis on black resistance practices, understood as insurgent praxis present both in Brazilian legal and legal frameworks, as developed by teachers /es committed to social transformation through critical intercultural education and the construction of a fraternal, equitable and democratic society. To achieve this scope, we bring theoretical reflections on the concepts of coloniality, racism, decoloniality, critical interculturality and insurgent praxis, as well as the discussions raised by the authors' theses, defended by the Graduate Program in Education at the Federal University of Santa Catarina (PPGE-UFSC): “Between silencing and resistance: education of ethnic-racial relations in the

¹ Patrícia Magalhães Pinheiro. Doutora em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina; Mestre em Educação em Ciências e Matemática pela Universidade Federal de Goiás; Pedagoga pela Universidade do Estado de Santa Catarina e Licenciada em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Goiás; Professora da Rede Municipal de Educação de Florianópolis; <https://orcid.org/0000-0002-7826-2399>; patti_magalhaes@hotmail.com.

² Josiane Beloni de Paula; Doutora em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina; Mestre em Educação pela Universidade Federal de Pelotas; Bacharela e Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pelotas; Pedagoga pela Universidade Anhembi Morumbi; Professora substituta NEI/CAP, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte; <https://orcid.org/0000-0003-3946-3048>; belonijbc@hotmail.com.

narratives of Biological Sciences teachers at UFSC” (PINHEIRO, 2020) and “Walking by teachers: practices of black resistance in public schools in Pelotas - RS” (PAULA, 2020). In the text, we focus on listening to narratives, voices (RIBEIRO, 2017), memories and experiences (BENJAMIN, 2012) of teachers committed to the anti-racist and decolonial struggle, as well as third-worldists, especially authors black and indigenous peoples. Thus demarcating a theoretical-methodological and political position when choosing the epistemological references, the voices that are not silenced, that speak, that scream with us against the injustices of Coloniality/Modernity!

Key-words: Anti-racist and decolonial education. Black resistance practices. Critical Intercultural Education.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo joga luz no imbricamento entre a colonialidade e o racismo, bem como, no entretecimento entre a decolonialidade e o antirracismo, com ênfase nas práticas de resistências negras desenvolvidas por professoras/es³ comprometidos com a transformação social por meio de uma educação intercultural crítica e na construção de uma sociedade fraterna, equânime e verdadeiramente democrática.

Para atingirmos esse escopo, trazemos como base na construção do artigo as reflexões desenvolvidas nas pesquisas de doutoramento das autoras, ambas defendidas pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGE-UFSC) no ano de 2020, são elas: “Entre silenciamentos e resistências: educação das relações étnico-raciais nas narrativas de professoras/es de Ciências Biológicas da UFSC” (PINHEIRO, 2020) e “Andarilhagens de professorxs: práticas de resistências negras na escola pública em Pelotas - RS” (PAULA, 2020), orientadas pelo professor Elison Antonio Paim. Nestes trabalhos acadêmicos privilegamos a escuta das narrativas, vozes (RIBEIRO, 2017), memórias e experiências (BENJAMIN, 2012) de professoras/es comprometidas/os com a luta antirracista e decolonial, bem como, teóricas/os terceiro-mundistas, em especial autoras/es negras/os e indígenas. Demarcando assim, posição teórico-metodológica e política ao escolher os referencias epistemológicos, as vozes que não se silenciam, que falam, que gritam junto conosco contra as injustiças da Colonialidade/Modernidade!

Sendo assim, traremos as discussões sobre como a colonialidade guia a construção das relações de dominação ao longo do tempo nas diversas esferas da vida social, tendo o racismo o

³ É necessário destacar que a língua possui a dimensão política de criar e fixar relações de poder e violência, por isso optamos por trazer tanto o feminino quanto o masculino na nossa escrita, dando destaque para o feminino, que vem primeiro, uma opção linguisticamente insurgente e desobediente que pretende romper com o sexismo gramatical existente na língua portuguesa. Faz-se urgente forjarmos uma nova linguagem em que todas/os/es possam ter sua condição de humanidade reconhecida, respeitada e valorizada.

princípio organizador de todas as configurações sociais e relações de dominação da modernidade como afirma Maldonado-Torres (2019).

É importante salientar que, qualquer análise social feita, em especial na América Latina e no Brasil, sem a perspectiva étnico-racial é análise incompleta, feita pelas metades. Afinal, a colonialidade atua como um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial da Modernidade e do poder capitalista, se fundando na imposição de uma classificação étnico-racial da população do mundo, “como pedra angular do dito padrão de poder e opera em cada um dos planos, âmbitos e dimensões materiais e subjetivas, da existência social cotidiana e da escala social. Origina-se e mundializa-se a partir da América” (QUIJANO, 2000, p. 342).

Destacamos ainda que, embora a Colonialidade/Modernidade não tenha fundado o patriarcado, ela aprofunda a lógica machista e patriarcalista de superioridade de homens em relação às mulheres, entre heterossexuais em relação a homossexuais, entre cis-gêneros em relação a transgêneros. Sendo, a raça, o gênero e as relações de trabalho “as três linhas principais de classificação que constituíram a formação do capitalismo mundial colonial/moderno no século XVI” (QUIJANO, 2000, p. 342). É nessas três instâncias que as relações de exploração/dominação/conflito estão ordenadas.

Conhecer a chave de pensamento da Colonialidade/Modernidade é de suma relevância para a construção da capacidade de compreender e sistematizar nossa realidade, elucidando historicamente a colonialidade do poder, do ser, do saber e nos auxiliando a pensar em estratégias de transformação social. No entanto, um dos riscos existentes, sobremaneira na tradição acadêmica brasileira, é de o projeto decolonial se tornar apenas um modismo acadêmico, um mero projeto que invisibilize o local de fala, o *locus* de enunciação e a práxis política da população negra e dos povos originários, promovendo um desenraizamento e descolamento das lutas políticas de resistência e re-existência seculares das populações afrodiáspóricas e africanas, indígenas e terceiro-mundistas (BERNARDINO-COSTA, MALDONADO-TORRES, GROSGOUEL, 2019). Nossa proposta vai de encontro com essa visão superficial da colonialidade.

2. COLONIALIDADE E RACISMO

A colonialidade é entendida como uma das facetas mais obscuras da modernidade, de acordo com semiólogo argentino e professor branco Walter D. Mignolo (2017), ela impõe uma matriz colonial de ser, saber e poder – de acordo com os pensadores decoloniais: Mignolo (2000), o sociólogo venezuelano branco Edgardo Lander (2000), o filósofo e porto-riquenho branco Nelson Maldonado-Torres (2007) e o sociólogo e peruano branco Aníbal Quijano (1991, 2000) – que cria

marcadores de civilização e humanidade com a criação de classificações hierarquizantes baseadas em raça, gênero, classe, sexualidade, território e cultura. Desta forma produz subalternidade, desumanização e oblitera conhecimentos, saberes, experiências e formas de vida daquelas/es que são exploradas/os e dominadas/os.

A colonialidade guia a construção das relações de dominação ao longo do tempo nas diversas esferas da vida social, tendo o racismo como o princípio organizador de todas as configurações sociais e relações de dominação da modernidade como afirma Maldonado-Torres (2019).

O sociólogo e porto-riquenho branco Ramón Grosfoguel (2019) nos alerta sobre a falsa ideia propagada pelo racismo epistêmico de que Quijano teria sido o responsável por cunhar o termo colonialidade, no entanto esse conceito já havia sido discutido por inúmeras/os pensadoras/os negras/os e terceiro-mundistas, no entanto com outras denominações, desde a década de 1950 com diferentes nomes, tais como: capitalismo racial pelo antropólogo estadunidense negro Cedric Robinson (1981); racismo como infraestrutura pelo psiquiatra e filósofo martinicano negro Frantz Fanon (1952; 1961); ocidentóxico pelo sociólogo e antropólogo iraniano branco Jalal Ahmad (1984); colonialismo interno pelo sociólogo mexicano branco Pablo Casanova (1965), pelo escrito e professor branco Mario Barrera (1979) e pela feminista, socióloga, historiadora, teórica subalterna boliviana de ascendência aymara Silvia Rivera Cusicanqui (1993); gênero como privilégio da mulher branca ou mulheres negras vistas como fêmeas e não como mulheres pela professora e filósofa socialista estadunidense negra Angela Davis (1981); supremacia branca pelos ativistas estadunidenses negros Du Bois (1935) e Malcom X (1965); relações reducionista entre raça e classe pelo poeta, político da negritude, martinicano negro Aimé Césaire (1950; 1957). Desta feita, a chave de pensamento que desemboca na colonialidade já vinha sendo debatido por essas/es pensadoras/es, tendo paulatinamente se popularizando pelo Grupo Modernidade/Colonialidade (BALLESTRIM, 2013).

É a partir da colonialidade que há o traçar de linhas abissais (SOUSA SANTOS, 2010), a construção de zonas do ser e zonas do não-ser (FANON, 2008), da categorização entre humanos e não humanos, os quase-humanos (KRENAK, 2019), essas divisões entre aquelas/es que têm o direito à vida e as/os que não têm; entre aquelas/es que sabem, que possuem conhecimento e aquelas/es que não sabem, que tem credices; aquelas/es que são humanas e aquelas/es que não são; entre aquelas/es que pensam e por isso existem e aquelas/es que não pensam e por isso não existem, sendo ainda, a força organizadora daquelas/es que podem formular conhecimento científico legítimo e daquelas/es que não podem. A divisão entre aquelas/es que pensam, logo existem – máxima cartesiana – e das/os que não pensam, e por isso, não existem.

É importante destacar que a característica fundamental do pensamento abissal, das zonas do ser e do não ser e da condição de humanos e quase-humanos é a impossibilidade da copresença, desta forma, um *locus* esgota o campo da realidade relevante do outro lado, operando na inexistência, na invisibilidade, na ausência não dialética, na negação, na destruição e desumanização do outro.

Os processos de inferiorização, desumanização, subalternização do outro e a promoção do sufocamento de experiências, conhecimentos para além dos científicos e formas de vida outras, promovem a não existência do outro, os julgando sempre como não modernos, não civilizados, arcaicos, bárbaros, sempre em contraposição a construção da ideia relacional razão-racionalidade e humanidade, imbricada na colonialidade do poder.

A colonialidade do poder é um modelo de poder especificamente moderno que interliga a formação étnico-racial, o controle do trabalho, o Estado e a produção do conhecimento, sendo padrão de dominação e exploração que intersecciona raça e capitalismo cuja origem remonta à criação e expansão das rotas comerciais atlânticas (QUIJANO, 2007, 2010; MALDONADO-TORRES, 2010). Dessa forma, a “colonialidade do poder abre uma porta analítica e crítica que revela o fato mais obscuro da modernidade e o facto de nunca ter existido, nem poder vir a existir, modernidade sem colonialidade.” (MIGNOLO, 2004, p. 633).

Quijano (2007) nos traz elementos para pensarmos nas imbricações da colonialidade do poder e do racismo, compreendendo o último como elemento estruturante que configura e alimenta o primeiro:

[...] um conceito que dá conta de um dos elementos fundantes do atual padrão de poder, a classificação social básica e universal da população do planeta em torno da ideia de “raça”. Essa ideia e a classificação social baseada nela (ou “racista”) foram originadas há 500 anos junto com a América, Europa e o capitalismo, são a mais profunda e perdurável expressão da dominação colonial e foram impostas sobre toda a população do planeta no curso da expansão do colonialismo europeu. Desde então, no atual padrão mundial de poder, impregnam todas e cada uma das áreas de existência social e constituem a mais profunda e eficaz forma de dominação social, material e intersubjetiva, e são, por isso mesmo, a base intersubjetiva mais universal de dominação política dentro do atual padrão de poder (QUIJANO, 2007, p. 94).

A pedagoga decolonial branca Catherine Walsh afirma que:

Es a partir de esta racionalidad que se piensa el Estado nacional, históricamente haciendo que los pueblos y comunidades indígenas aparezcan como los bárbaros, no-modernos y no-civilizados, y los pueblos y comunidades negras – más que todo en la región andina – como no existentes [...] (WALSH, 2007, p. 138).

Sendo assim, tanto a colonialidade do saber quanto a colonialidade do poder se fundam na construção de hierarquias sociais, classificações, normatizações, categorizações que enquadram povos como superiores e inferiores, conjeturando a colonialidade do ser.

Para Mignolo:

A 'ciência' (conhecimento e sabedoria) não pode ser separada da linguagem; as línguas não são apenas fenômenos 'culturais' em que as pessoas encontram a sua 'identidade'; elas também são o lugar onde se inscreve o conhecimento. E, dado que as línguas não são algo que os seres humanos têm, mas algo de que os seres humanos são, a colonialidade do poder e a colonialidade do conhecimento engendraram a colonialidade do ser. (MIGNOLO, 2004, p. 633).

Desta forma, a tríade colonialidade do poder, do ser e do saber se retroalimentam fundando e mantendo uma lógica global de desumanização, tendo a categoria raça como uma das balizas para a construção de linhas divisórias, de zonas de não ser e de quase-humanos.

Para a artista interdisciplinar e escritora negra Grada Kilomba, o racismo se estrutura primeiramente pela construção da diferença e da discriminação; logo depois pela associação das diferenças a valores hierárquicos formando o preconceito; e, finalmente, pela ligação do preconceito ao poder histórico, político, social e econômico.

No racismo estão presentes, de modo simultâneo três características: a primeira é a *construção de/da diferença*. A pessoa é vista como "diferente" devido sua origem racial e/ou pertença religiosa. Aqui temos de perguntar: quem é "diferente" de quem? É o *sujeito negro* "diferente" do *sujeito branco* ou o contrário, é o *branco* "diferente" do *negro*? Só se torna "diferente" porque se "difere" de um grupo que tem o poder de se definir como norma – a norma *branca*. Todas/os aquelas/es que não são brancas/os são construídas/os então como "diferentes". A branquitude é construída como ponto de referência a partir do qual todas/os as/os "*Outras/os*" raciais "diferem". Nesse sentido, não se é "diferente", torna-se diferente por meio do processo de discriminação. A segunda característica é: essas diferenças construídas *estão inseparavelmente ligadas a valores hierárquicos*. Não só o indivíduo é visto como "diferente", mas essa diferença também é articulada através do estigma, da desonra e da inferioridade. Tais valores hierárquicos implicam um processo de naturalização, pois são aplicados a todos os membros do mesmo grupo que chegam a ser vistas/os como "a/o problemática/o", "a/o difícil", "a/os perigosa/o", "a preguiçosa/o", "a/o exótica/o", "a/o colorida/o" e "a/o incomum". Esses dois últimos processos – a construção da diferença e suas associações com uma hierarquia – formam o que também é chamado de *preconceito*. Por fim, ambos os processos são acompanhados pelo *poder*: histórico, político, social e econômico. É a combinação do preconceito e do poder que forma o racismo. E, nesse sentido, *o racismo é a supremacia branca*. Outros grupos raciais não podem ser racistas nem performar racismo, pois não possuem esse poder. Os conflitos entre eles ou entre eles e o grupo dominante branco têm de ser organizados sob outras definições, tais como preconceito. O racismo, por sua vez, inclui a dimensão do poder e é revelado através de diferenças globais na partilha e no acesso a recursos valorizados, tais como: representação política, ações políticas, mídia, empregos, educação, habitação, saúde, etc. (KILOMBA, 2019, p. 75-76, grifos da autora).

Já, de acordo com o Programa Nacional de Direitos Humanos, datado do ano de 1998, p. 12 "Racismo é uma ideologia que postula a existência de hierarquia entre os grupos humanos".

Para a filósofa, professora e intelectual negra Sueli Carneiro (2011) o racismo:

[...] dotou de suposta cientificidade a divisão da humanidade em raças e estabeleceu hierarquias entre elas, conferindo-lhes estatuto de superioridade ou inferioridade naturais.

Dessas ideias decorreram e se reproduzem as conhecidas desigualdades sociais que vêm sendo amplamente divulgadas nos últimos anos no Brasil (CARNEIRO, 2011, p. 16).

Sendo definido ainda, segundo o teólogo negro Joaquim Beato, como:

[...] teoria ou ideia de que existe uma relação de causa e efeito entre as características físicas herdadas por uma pessoa e certos traços de sua personalidade, inteligência ou cultura. E, somados a isso, a noção de que certas raças são naturalmente inferiores ou superiores a outras (BEATO, 1998, p. 1).

Para o historiador e professor negro Joel Rufino dos Santos:

Racismo é a suposição de que há raças e, em seguida, a caracterização biogenética de fenômenos puramente sociais e culturais. É também uma modalidade de dominação ou, antes, maneira de justificar a dominação de um grupo sobre o outro, inspirada nas diferenças fenotípicas da nossa espécie. Ignorância e interesses combinados, como se vê (SANTOS, 1984, p. 12).

Já, o intelectual decolonial branco Ramón Grosfoguel afirma que:

O racismo é um princípio constitutivo que organiza, a partir de dentro, todas as relações de dominação da modernidade, desde a divisão internacional do trabalho até as hierarquias epistêmicas, sexuais, de gênero, religiosas, pedagógicas, médicas, junto com as identidades e subjetividades, de tal maneira que divide tudo entre as formas de seres superiores (civilizados, hiper-humanos, etc., acima da linha do humano) e outras formas e seres inferiores (selvagens, bárbaros, desumanizados, etc. abaixo da linha do humano) (GROSFOGUEL, 2019, p. 59).

Salientamos que, tanto a colonialidade quanto o racismo agem na construção de uma norma, sendo ela masculina/branca/cisgênera/heterossexual/cristã/europeia.

3. DECOLONIALIDADE NA EDUCAÇÃO POR MEIO DA INTERCULTURALIDADES CRÍTICA

Para promovermos o desmantelamento da colonialidade e construirmos um projeto de emancipação epistêmica é necessário que haja a coexistência de diferentes epistêmes, maneiras de ser e saber, formas de produção de conhecimento. Como nos alerta os professores Luiz Fernandes de Oliveira e Vera Candau (2010), se faz urgente entender a geopolítica do conhecimento como estratégia da modernidade europeia afirmar suas teorias, seus conhecimentos e seus paradigmas como verdades universais, invisibilizando e promovendo o silenciamento de sujeitas/os que produzem conhecimentos “outros”.

Desta forma, faz-se necessário nos aproximarmos do conceito de diferença colonial, entendida como pensar a partir das ruínas, dos escombros, das brechas e gretas, das memórias e experiências daquelas/es que habitam as margens, as linhas abissais, as zonas do não ser, os quase-humanos criados pela colonialidade do poder na estruturação do mundo moderno/colonial, “como

forma não de restituir conhecimento, mas de reconhecer conhecimentos “outros” em um horizonte epistemológico transmoderno, ou seja, construído a partir de formas de ser, pensar e conhecer diferentes da modernidade europeia, porém em diálogo com esta.” (OLIVEIRA, CANDAU, 2010, p. 23).

Sendo assim, a diferença colonial requer voltar nossas cosmosensações para enfoques epistemológicos outros, bem como para a subjetividade daquelas/es que são/foram sistematicamente excluídos pela colonialidade/modernidade. Busca-se formas outras de produzir conhecimento e formas de se viver, valorizando sobremaneira as sujeitas/os terceiro-mundistas, negras/os e indígenas, em uma perspectiva da decolonialidade do poder, do saber/conhecimento e da existência.

Tendo como base esse pensamento crítico, Catherine Walsh (2001) nos faz pensar sobre a decolonialidade nos processos educacionais, principalmente por meio da interculturalidade crítica, sendo compreendida como: processo dinâmico e permanente de relação, comunicação e aprendizagem entre culturas em condições simétricas de respeito e igualdade; intercâmbio construído entre sujeitas/os, conhecimentos, saberes e práticas culturalmente diferentes, na busca pelo desenvolvimento de um novo sentido entre elas e nas suas diferenças; espaço de negociação e de tradução onde as desigualdades sociais, econômicas e políticas, e as relações e os conflitos de poder da sociedade não são mantidos ocultos e sim reconhecidos, confrontados e superados; tarefa social e política que interpela ao conjunto da sociedade, que parte de práticas e ações sociais concretas e conscientes e tenta criar modos de responsabilidade e solidariedade; e por fim, uma meta a ser alcançada.

Walsh, afirma ainda que:

A interculturalidade crítica (...) é uma construção de e a partir das pessoas que sofreram uma experiência histórica de submissão e subalternização. Uma proposta e um projeto político que também poderia expandir-se e abarcar uma aliança com pessoas que também buscam construir alternativas à globalização neoliberal e à racionalidade ocidental, e que lutam tanto pela transformação social como pela criação de condições de poder, saber e ser muito diferentes. Pensada desta maneira, a interculturalidade crítica não é um processo ou projeto étnico, nem um projeto da diferença em si. (...), é um projeto de existência, de vida. (WALSH, 2007, p. 8).

E, é a partir da interculturalidade crítica e da valorização das memórias e experiências, formas de existir e construir conhecimentos outros que as práticas insurgentes vão sendo construídas.

4. PRÁTICAS DE RESISTÊNCIA NEGRA COMO PRÁXIS INSURGENTES

Traremos nesse item exemplos de práxis baseada numa insurgência educativa propositiva – portanto, não somente denunciativa, mas anúncio e ação – na (re)criação e (re)construção de novas condições sociais, políticas, culturais e de pensamento. Em outros termos, a construção de uma noção e visão pedagógica que se projeta muito além dos processos de ensino e de transmissão de saber, que concebem a pedagogia como política cultural. Inspirada em Walsh (2006) a um processo em construção de uma pedagogia decolonial, baseada na práxis, nos referenciais de Paulo Freire (2000) e Frantz Fanon (2008), referentes à consciência das/os oprimidas/os e a necessidade de retomada da humanização dos povos subalternizados.

Trazemos como exemplos dessas práxis insurgentes os movimentos sociais, que vem secularmente lutando pelo direito de ser, pela humanização, pela equidade e pela democracia, em especial, os movimentos negros e movimentos indígenas. Ao passo que esses movimentos sociais lutam por sua própria (re)existência, eles tensionam a colonialidade/modernidade e conquistam importantes ganhos, tais como políticas públicas voltadas aos povos indígenas e a população negras no Brasil, com ênfase nos marcos legais reguladores da educação escolar formal, bem como nas políticas de promoção da equidade racial – as ações afirmativas – compreendendo as legislações como práticas de resistência.

Dentre esses marcos legais destacamos a Constituição Brasileira de 1988, conhecida como constituição cidadã, nela, pela primeira, há o reconhecimento da pluralidade étnica da sociedade brasileira e a garantia do ensino das contribuições das diferentes etnias na formação do povo brasileiro, “tal reconhecimento de caráter jurídico atende a uma antiga reivindicação dos movimentos negros, que há anos sinalizavam a importância da inclusão da história dos negros nos currículos escolares, assim como o reconhecimento do caráter pluriétnico da nação brasileira.” (OLIVEIRA, CANDAU, 2010, p. 29).

Em consonância com tal medida legal temos a aprovação das leis 10.639/03 e 11.645/08, afirmando o caráter antidiscriminatório e antirracista destas legislações na promoção da formação de cidadãos comprometidos com o caráter pluriétnico da sociedade brasileira, na construção de relações étnico-raciais positivas entre os diferentes grupos étnicos e raciais e a convivência democrática, efetivando assim, uma sociedade democrática, igualitária e fraterna, calcada na valorização e no apreço pela riqueza e diversidade das culturas humanas. Vale pontuar que, esses dispositivos legais são modificações na Lei 9.394 de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Apresentamos as leis na íntegra para apreciação das/os leitoras/es.

A Lei 10.639/03 tornou obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira em todas as instituições que ofertam Ensino Fundamental e Ensino Médio. Essa temática deve perpassar todo o currículo, estando em especial nas áreas de Educação Artística, Literatura e

História; além disso, inclui no calendário escolar o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra”.

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1o O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2o Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como ‘Dia Nacional da Consciência Negra’ (BRASIL, 2003).

Já a Lei 11.645/08 inclui a obrigatoriedade do ensino sobre a História e Cultura dos Povos Indígenas, devendo estar presente, também, em todos os estabelecimentos que ofereçam Ensino Fundamental e Ensino Médio, sendo esta temática abordada no âmbito de todo o currículo, com ênfase nas áreas de Educação Artística, Literatura e História.

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1o O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2o Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileira (BRASIL, 2008).

E, por fim, trazemos como exemplos de práticas insurgentes as pesquisas realizadas nas teses das autoras: Na tese “Andarilhagens de professorxs: práticas de resistências negras na escola pública em Pelotas - RS”, salienta andarilhagens de professoras/es e suas práticas de resistências negras em sala de aula, as quais foram compartilhadas, com seus pares, nos Encontros sobre o Poder Escolar em Pelotas-RS, nas dez edições de 2001 a 2010, em diálogo com narradoras/es, professoras/es que foram entrevistadas/os e os parceiras/os, teóricas/os que foram utilizadas/os como ferramentas para entendimento da realidade referente a presença e valorização da/o negra/o na sociedade brasileira, da colonialidade a qual estamos inseridos, vislumbrando essas práticas como a construção de uma pedagogia decolonial. (PAULA, 2020).

Já a tese “Entre silenciamentos e resistências: educação das relações étnico-raciais nas narrativas de professoras/es de Ciências Biológicas da UFSC”, buscou compreender como no âmbito da formação de professoras/es de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Santa Catarina, se dá a educação das relações étnico-raciais (ERER), sendo que a ERER (re)conhece a

história e da cultura negra e indígena, e, portanto, a efetiva participação desses povos na construção da sociedade brasileira e a promoção de uma formação antirracista e anti-discriminatória. Para tal foram ouvidas/os professoras/es em formação e em exercício, para por meio das narrativas de suas memórias e experiências perceber como vem sendo debatido na formação de professores a educação das relações étnico raciais.

5. CONCLUINDO

A partir da análise desenvolvida neste artigo, notamos a importância de explicitarmos a relação entre a Colonialidade/Modernidade e o racismo, bem como, a urgência de nos debruçarmos na compreensão e superação das colonialidades do poder, do saber e do ser por meio da interculturalidade crítica, das práticas de resistências negras e de práxis insurgentes, realizadas nas instituições de ensino, permeando a legislação respaldam legalmente tais ações.

Se faz necessário jogarmos luz ao entretencimento da colonialidade e do racismo, principalmente como hierarquias estruturantes das relações sociais na América Latina e, em especial, no Brasil. Bem como, a decolonialidade e o antirracismo como caminhos para a transformação social, com ênfase nas práticas de resistências negras desenvolvidas por professoras/es comprometidas/os com a educação libertadora, por meio de uma educação intercultural crítica e na construção de uma sociedade fraterna, equânime e verdadeiramente democrática.

Em diálogo com o sociólogo colombiano, branco Orlando Fals Borda, como um despertar na construção das/os professoras/es, uma construção desta sensibilidade no olhar, constituindo-se como seres do sentipensante, ou seja, educadoras/es comprometidas/os com transformação social, que levam em conta a vida, suas experiências, além da ciência purista, aquela/e que se comove e age para reduzir o sofrimento da/o outra/o (MOTA NETO, 2016).

Dessa forma, o intuito é despertar o olhar. A/o educadora/or que criar outras possibilidades se constituirá a/o educanda/or sentipensante, o que dá sentido a toda educação, pois numa sociedade onde a raça é a centralidade do poder existem brechas que nos fazem prosseguir.

Exemplificamos este movimento, referentes a esta pedagogia propositiva, resultaram em duas teses, práticas de resistências negras realizadas nos mais diversos níveis de ensino, da Educação Infantil ao Ensino Superior, estas além de abrir um debate e o despertar para o inacabamento do ser e a formação permanente das/os educadoras/es preconizados pelo educador

Paulo Freire, no decorrer deste caminho as/o autoras/e foram se constituindo, se construindo corpos brancos antirracistas.

Sabendo do nosso papel de sujeitas/os, professoras/es, engajadas/os na luta antirracista, podemos somar na luta contra a desumanização e inferiorização da/o outra/o, com a perspectiva do educador Paulo Freire entendendo que: “o inacabamento do ser ou sua inconclusão é próprio da experiência vital. Onde há vida, há inacabamento. Onde quer que haja mulheres e homens há sempre o que fazer, há sempre o que ensinar, há sempre o que aprender.” (FREIRE, 2000, p. 55).

Referências Bibliográficas

AHMAD, Jalal Al-e. **Occidentosis: A Plague From the West**. New York: Mizan Press, 1984.

BALLESTRIN, Luciana. **América Latina e o giro decolonial**. Revista Brasileira Ciência Política. 2013, n.11, p. 89-117. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-33522013000200004&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em: 04 de março de 2021.

BARRERA, Mario. **Race and Class in the Southwest: A Theory of Racial Inequality**. Austin: Texas University Press, 1979.

BEATO, Joaquim. **Um novo milênio sem racismo na Igreja e na sociedade**. CENACORA, 1998.

BENJAMIN, Walter. Experiência e pobreza. In: **Magia e técnica, arte e política**. Trad. Paulo Sérgio Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. (Coleção Cultura Negra e Identidades).

BRASIL, Lei nº 10.639 de 09 de janeiro de 2003. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm> Acesso em: fevereiro de 2021.

BRASIL, Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm> Acesso em: fevereiro de 2021.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CASANOVA, Pablo. **La democracia en México**. México: Editorial Era, 1965.

CÉSAIRE, Aimé. **Discourse sur le colonialisme**. Paris: Presence Africaine, 1950.

CÉSAIRE, Aimé. **Lettre à Maurice Thorez**. Paris: Presence Africaine, 1957.

DAVIS, Angela. **Women, Race and Class**. New York: Random House, 1981.

DU BOIS, W. E. B. Black **Reconstruction in America** (1860-1880). New York: The Free Press, 1935.

FANON, Frantz. **Les damnés de la terre**. Paris: François Maspero, 1961.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscara branca**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 15.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

GROSGUÉL, Ramón. Para uma visão decolonial da crise civilizatória e dos paradigmas da esquerda ocidentalizada. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGUÉL, Ramón (Orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. (Coleção Cultura Negra e Identidade).

KILOMBA, Grada. **Memórias de plantação: episódios de racismo**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LANDER, Edgardo. **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales: perspectivas latinoamericanas**. Caracas: Facultad de Ciencias Económicas: IESALC, 2000.

MALCOM X. **Malcom X Speaks**. New York: Grove Press, 1965.

MALDONADO-TORRES, Nelson. A topologia do ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, império e colonialidade. In: SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula (orgs.). **Epistemologia do sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGUÉL, Ramón (Orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. (Coleção Cultura Negra e Identidade).

MALDONADO-TORRES, Nelson. On the coloniality of being: contributions to the development of a concept. **Cultural Studies**, v. 21, n° 2-3, p. 240-270, 2007.

MIGNOLO, Walter. Os Esplendores e as Misérias da ‘Ciência’: colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluriversidade epistémica. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Conhecimento Prudente para Uma Visão Decente: Um discurso sobre as Ciências**. São Paulo: Cortez, 2004.

MIGNOLO, Walter. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 32, n°94, 2017. Disponível: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092017000200507&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso: agosto de 2020.

MIGNOLO, Walter. **Local histories/Global Designs: Coloniality, Subaltern Knowledges, and Border Thinking.** Princeton: Princeton University Press, 2000.

MOTA NETO, João Colares da. **Por uma Pedagogia Decolonial na América Latina: reflexões em torno do pensamento de Paulo Freire e Orlando Fals Borda.** Curitiba: CRV, 2016.
OLIVEIRA, Fernandes de Oliveira; CANDAU, Vera Maria Ferrão. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. **Educação em Revista**, v.26, n° 01, p.15-40, abr. 2010.

PROGRAMA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS. **Gênero e Raça: todos pela igualdade de oportunidades: teoria e prática.** Brasília: MTb-a/Assessoria Internacional, 1998.

PAULA, Josiane Beloni de. **Andarilhagens de professorxs: práticas de resistências negras na escola pública em Pelotas - RS.** Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina, 2020. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/219326/PEED1541-T.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>> Acesso em: maio de 2020.

PINHEIRO, Patrícia Magalhães. **Entre Silenciamentos e Resistências: Educação das Relações Étnico-Raciais nas Narrativas de Professoras/es de Ciências Biológicas da UFSC.** Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina, 2020. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/219326>> Acesso em: abril de 2021.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. In: CASTRO-GOMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón (orgs). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global.** Bogotá: Iesco-Pensar-Siglo del Hombre Editores, 2007.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad del poder y clasificación social.** Journal of world-systems research, v. 11, n. 2, 2000, p. 342-386.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad y modernidad/racionalidad.** Perú indígena, n° 29, p. 11-20, 1991.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder e classificação social.** In: SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula (orgs). Epistemologia do sul. São Paulo: Cortez, 2010.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento Justificando, 2017. [Coleção Feminismos Plurais].

ROBINSON, Cedric. **Racial Capitalism.** Londo: Zed Press, 1981.

SANTOS, Joel Rufino. **O que é racismo.** Coleção Primeiros Passos, 1984.

SOUSA SANTOS, Boaventura; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul.** São Paulo: Cortez, 2010.

WALSH, Catherine. **La educación intercultural en la Educación.** Peru: Ministerio de Educación. (documento de trabalho), 2001.



WALSH, C. **Pensamiento crítico y matriz (de)colonial**. Reflexiones latinoamericanas. Quito: Ediciones Abya-yala, 2005. p. 13-35.

WALSH, Catherine. Interculturalidad y colonialidad del poder. Un pensamiento y posicionamiento 'otro' desde la diferencia colonial". In: WALSH, C.; LINERA, A. G.; MIGNOLO, W. **Interculturalidad, descolonización del estado y del conocimiento**. Buenos Aires: Del Signo, 2006. p. 21-70.

WALSH, Catherine. Interculturalidad Crítica/Pedagogía decolonial. In: **Memórias del Seminário Internacional "Diversidad, Interculturalidad y Construcción de Ciudad"**, Bogotá: Universidad Pedagógica Nacional 17-19 de abril de 2007.

WALSH, Catherine. **Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir**. Tomo I. Quito, Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2013.

